


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0009873-58.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **GERSON FERNANDO LEMES e outros**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Antonio Benedito Morello**
**VISTOS**

**ROQUE RAGAZZI JUNIOR** (R.G. 34.686.631-5),  
**GERSON FERNANDO LEMES** (RG 26.097.650) e **FELIX ROBERT NUNES ZANGRANDO** (RG 41.812.208-8), todos com dados qualificativos nos autos, foram pronunciados como incursores nas penas do artigo 121, § 2º, incisos III e IV, c.c. artigo 29, ambos do Código Penal, porque entre os dias 11 e 12 de abril de 2012, em horário ignorado, durante a noite, na rua Emílio Ribas, proximidades do número 300, bairro Santa Felícia, nesta cidade, todos agindo em concurso e com um só propósito e desígnio, mataram, mediante dissimulação e com emprego de asfixia, **Aline Nogueira Santana**, conforme laudo de exame necroscópico de fls. 159/161.

Nesta data, submetidos a julgamento do Tribunal do Júri, os Senhores Jurados, em relação aos réus Roque Ragazzi Junior e Felix Zangrando rejeitaram a tese da negativa de autoria que foi sustentada em plenário pelos defensores, negando também a absolvição dos réus, acolhendo, em seguida, as qualificadoras do emprego de asfixia e da dissimulação. Quanto ao réu Gerson Fernando Lemes acolheram a tese da negativa de autoria, absolvendo-o.

Atendendo a essa decisão do Conselho de Sentença, de início, **com fundamento no artigo 386, V, do CPP, ABSOLVO o réu GERSON FERNANDO LEMES, determinando a expedição de alvará de soltura em seu favor.**

Em segundo lugar passo a fixar a pena aos réus que


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

foram condenados.

Observando todos os elementos formadores do artigo 59, do Código Penal, para o réu **ROQUE RAGAZZI JÚNIOR**, verificando na que na ocasião o mesmo estava se dedicando ao uso de droga, fato que compromete a sua conduta social, bem como que foram reconhecidas duas qualificadoras, situação que torna mais elevada a sua culpabilidade e o grau de reprovabilidade de sua conduta, sem esquecer a sua primariedade, delibero estabelecer a sua pena-base um pouco acima do mínimo, ou seja, em 13 anos de reclusão, que torno desde logo definitiva por inexistir circunstâncias agravantes ou atenuantes ou ainda outras causas modificadoras. Para o réu **FELIX ROBERT NUNES ZANGRANDO**, verificando que também não tinha bom comportamento, posto que envolvido em práticas ilícitas, que continuaram depois do cometimento deste crime, registrando três condenações por furto (fls. 975, 978 e 979), revelando ter personalidade voltada para a prática de crimes contra o patrimônio, com conduta social também reprovável, porquanto era pessoa desocupada e dependente de droga, justifica também ter a sua pena-base fixada além do mínimo, ou seja, em 15 anos de reclusão. Na segunda fase, inexistindo circunstância agravante e presente a atenuante de possuir menos de 21 anos à época do fato, aplico a redução de um ano, resultando sua punição final em 14 anos de reclusão.

Condeno, pois, **ROQUE RAGAZZI JUNIOR** à pena de **13 (treze) anos de reclusão** e **FELIX ROBERT NUNES ZANGRANDO** à pena de **14 (quatorze) anos de reclusão**, ambos por infração do artigo **121, § 2º, incisos III e IV, c. c. o artigo 29, ambos do Código Penal**.

Em razão da quantidade da pena imposta (art. 33, § 2º, "a", do CP), além de tratar-se de crime hediondo, iniciarão o cumprimento da pena no **regime fechado**, nos termos do parágrafo 1º do artigo 2º da Lei 8.072/90, com a redação da Lei 11.434/07.

Quanto ao réu **Felix Robert Nunes Zangrando**, teve ele a prisão preventiva decretada na decisão de pronúncia (fls. 670), a qual foi revogada no julgamento do HC impetrado (fls. 818/822). Como o acórdão que confirmou a pronúncia, mesmo mantendo na íntegra esta decisão, nada


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

mencionou sobre a questão envolvendo o decreto de sua prisão preventiva, reportando-se apenas ao réu Gerson Lemes (fls. 983), o que levou este Juízo a determinar a expedição de mandado de prisão contra este réu por entender que em relação a Félix a sua liberdade foi mantida como decidido no HC. Por conseguinte, deixo de modificar a sua situação nesta sentença a despeito de estar ele preso e condenado por outros crimes. Oportunamente, após o trânsito em julgado, expeça-se o devido mandado de prisão.

O mesmo deve ser dito em relação ao réu **Roque Ragazzi Júnior**, porquanto a sua prisão preventiva foi revogada na decisão de pronúncia (fls. 670) e de lá para cá nenhum motivo novo ocorreu para justificar o seu encarceramento. Deve, pois, aguardar em liberdade a ocorrência da “**res judicata**”. Após o trânsito em julgado desta decisão que, sendo confirmada, expedir-se-á o respectivo mandado de prisão.

Isento o réu Félix do pagamento da taxa judiciária correspondente, posto que beneficiário da assistência judiciária gratuita.

Roque deverá responder pelo pagamento desta taxa, salvo impossibilidade de fazê-lo.

Dá-se a presente por publicada em plenário.

Registre-se e comunique-se.

São Carlos, Sala Secreta das Decisões do Tribunal do Júri, aos 05 de abril de 2016, às 20h05.

**ANTONIO BENEDITO MORELLO**  
**JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL DO JÚRI**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,**  
**CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**